

TESE DA CHAPA “OPTAMOS: RENOVAÇÃO E SOCIALISMO. LULA LIVRE”

Derrotar o golpe, reconstruir sonhos e edificar uma nova dimensão civilizatória

A Nova Era anunciada pelo governo atual é um projeto antipopular, antinacional e antidemocrático. Uma ampla aliança foi construída entre setores conservadores na economia, na moral e nos costumes. Esta frente foi responsável por operar o golpe contra a presidenta Dilma e ganhar as eleições em 2016 e 2018.

Fomos derrotados a partir das condições criadas por uma operação criminosa montada por dentro das instituições do “sistema” de Justiça, financiada pelos interesses e recursos do capital transnacional, em conluio com as classes dominantes e a grande mídia. A Lava Jato, chefiada por Sérgio Moro, foi uma operação das elites contra a opção dos governos democráticos e populares de fortalecer o Estado, para que este também sirva às classes trabalhadoras e à soberania nacional.

Soberanias, que aliás, em nível de mundo, têm sido ameaçadas e regimes democráticos atacados por operações de sabotagem que visam a desestabilização até de moderados processos redistributivos em economias emergentes para, com isso, responder às demandas da crise de acumulação contemporânea e a manutenção das condições dos respectivos povos como espoliados pelo capital financeiro. Empresas transnacionais olham para os Estados-nações e democracias do sul global como os antigos impérios colonizadores olhavam para as terras invadidas e saqueadas. O trânsito para uma democracia de novo tipo pressupõe que, na resistência, resgatemos muito daquilo que o capital falsamente prega e hoje descarta, embora este não seja o nosso teto. Na contra-ofensiva temos que ter exigências maiores para aquilo que nomearmos como democracia.

Até o precário equilíbrio entre Legislativo, Executivo e Judiciário anterior foi destruído pela sanha golpista, por um Congresso conservador, pelas Forças Armadas a serviço das elites, por um Judiciário como elemento desestabilizador da democracia, operando a favor das demandas da acumulação burguesa.

A operação criminosa montada no Judiciário, longe de pretender prioritariamente combater a corrupção, veio para interferir diretamente no resultado das eleições. Avanços democráticos que ajudamos a construir com o fortalecimento do Ministério Público, Polícia Federal e novas leis anticorrupção acabaram por ser instrumentos para asfixiar a democracia.

O judiciário no Brasil sempre foi uma arma de opressão das elites contra os mais pobres. Mas agora deu um salto para a mais desavergonhada ação de sabotagem política. O arbítrio visto no último período contra Lula, com a perseguição à maior liderança popular de nossa história republicana, preparou uma atmosfera sem precedentes de repressão a qualquer ato de resistência, de

insubordinação e de revolta contra as injustiças. O caso de Lula demonstra a ousadia a que estão chegando, o que amplia a ameaça às populações negras e outras etnias discriminadas, às mulheres, à população LGBT. O genocídio de populações negras e empobrecidas encontra no “sistema” de Justiça do nosso país um aliado fundamental para manter estas pessoas, ou encarceradas, ou sob ameaça ostensiva de morte e/ou injustiçadas pela proteção que é ofertada aos algozes que as exterminam. Isto agora ficou escancarado pelas palavras do presidente da República e de governadores de estados. O dispositivo da guerra às drogas tem servido a este fim, também.

O Brasil já tem a terceira maior população carcerária do mundo com mais de 700 mil pessoas presas (a maioria negra), e mais de um terço constituído por presos provisórios, que aguardam julgamento; em alguns estados esse percentual de prisões provisórias chega a quase dois terços. O tráfico de drogas aparece como a segunda maior causa das prisões, e levou ao crescimento impressionante do encarceramento feminino. Esses números demonstram o quanto a guerra às drogas tem sido na verdade uma guerra contra pessoas pobres, contra jovens, negros, contra mulheres.

Ao falar do extermínio de vidas não podemos deixar de considerar que o Brasil está entre os países com o maior número de assassinatos de travestis e transexuais no mundo. E somente neste ano o Supremo Tribunal Federal equiparou o crime de lgbtfobia com o de racismo.

De Temer a Bolsonaro: o golpe tenta se consolidar

Desde meados de 2016, o país é governado pela mesma política econômica baseada no eixo: “menos” Estado e menos regulamentações; o que supostamente atrairia investimentos externos e liberaria os internos. Bolsonaro recebeu um país com uma legislação trabalhista flexibilizada; com ênfase no incentivo às terceirizações; com a desestruturação dos sindicatos dos trabalhadores; com várias medidas que desregulamentavam as fiscalizações nas atividades produtivas, além de ampliar o uso de veneno na agricultura; com restrições orçamentárias de recursos para a saúde, para a educação, para programas sociais e para defesa do meio ambiente.

Desde o governo golpista de Temer, um projeto econômico de caráter ultraliberal vem sendo implantado no Brasil, baseado na redução de direitos sociais e em reformas do Estado, que eliminam o seu papel fiscalizador e de indutor do desenvolvimento econômico. O que o atual governo faz é tentar aprofundar este projeto, agora legitimado pelos votos obtidos por Bolsonaro em 2018. Propagou-se a idéia, com a ajuda inestimável da imprensa, de que feitas as reformas viriam os investimentos privados, que gerariam um círculo virtuoso na economia. Mas era previsível que nada disso aconteceria, a começar pelos seis milhões de empregos prometidos pela dupla Temer/Meirelles, que brotariam com a flexibilização das regras de contratação de trabalhadores pelas empresas. A propaganda enganosa da ocasião era de que os direitos e as supostas amarras da legislação trabalhista impediam mais ousadias de empresários, investidores e poupadores. Agora a propaganda mistificadora vem com a contrarreforma da Previdência.

A terceirização, a reforma trabalhista, somadas ao regime de recuperação fiscal imposto aos estados endividados, que incentivavam as privatizações, à diminuição de gastos públicos em áreas sociais, ao arrocho salarial, à demissão no serviço público, à restrição de novos concursos, tudo dá concretude ao caminho ultraliberal do novo governo.

Portanto, em meados de 2019 já seria tempo de se anunciar a colheita de frutos e perspectivar o futuro. E o que temos? O despencar do investimento e dos gastos federais não obrigatórios; uma estabilização das altas taxas de desemprego em torno de 18%, computando os que procuram emprego e os desalentados que desistiram da procura; empregos precarizados com evidente baixa de remuneração; a queda do PIB; o agravamento da crise da indústria; o crescimento da pobreza. Não há sinais de que possam ser cumpridas as promessas liberais: gerar desenvolvimento a partir de uma quimera do século 21, que é a enganosa apologia ao livre mercado. Lembrando que as consultorias privadas internacionais dos bancos são concordes que o mundo enfrentará uma nova recessão a partir de 2020.

Crise Social

Por isso a crise social por seu lado tende a se agravar. A desqualificação de qualquer esforço de produção científica e tecnológica, as privatizações, as liberações de agrotóxicos, as desonerações fiscais anunciadas, os privilégios mantidos na proposta de reforma da Previdência, o massacre previdenciário sobre a base da pirâmide social, e outras medidas da área econômica provocarão fissuras nessa barragem de rejeitos tóxicos que se tornou o governo.

A reforma tributária prometida pelo governo e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, enfrenta sérias dificuldades para ser aprovada porque os setores estratégicos do grande capital ainda não chegaram a um consenso sobre ela. Por seu lado, o governo a serviço do capital não pode investir no combate à sonegação fiscal. Sobra, portanto, para os truques de ilusionismo da plateia, a contrarreforma previdenciária. Esta já nasce falida politicamente em face das concessões feitas aos militares, ao Judiciário, ao Legislativo e às elites do próprio Executivo, cujos “direitos adquiridos” desmoralizam o discurso de equidade na distribuição dos sacrifícios. As camadas médias começam a se inquietar. E o aumento da miséria no meio do povo traz de volta a fome, a carestia, o aumento dos moradores de ruas, a precarização dos serviços de saúde, da educação, do transporte pública e da própria segurança pública.

Contudo, o rebatimento dessa situação econômica vem de forma lenta na política. A oposição democrática e de esquerda ainda investe na reorganização de suas forças e redefinição de sua estratégia. Nesse sentido, os principais problemas do governo Bolsonaro ainda são suas contradições internas, entre o núcleo econômico e sua base parlamentar no Congresso. Esta base, que não abre mão do fisiologismo, da demanda por cargos e espaços onde tradicionalmente podem extorquir empresas e ramos de produção, tem sido o principal contraponto ao governo central. A crise do Governo Federal com o

Congresso reflete as contradições e interesses econômicos dos setores bancários, industriais, de serviços e do agronegócio.

Perpassadas por ligações externas de cada um desses quatro setores e seus conflitos que vem do exterior, sobre os quais não se tem controle no Brasil, as contradições originadas nas disputas pela riqueza nacional afloram em cada emenda legislativa às proposições do governo. E o preço da aprovação de seus principais projetos não é outro que não o desembolso imoral de mais e mais emendas parlamentares. Ou seja, a velha e tradicional política do toma lá, dá cá, continua presidindo a relação entre Executivo e Legislativo.

Um fato novo são as revelações do **The Intercept Brasil** sobre a Lava Jato e sua repercussão em parcelas da mídia tradicional. Aquilo que setores democráticos e de esquerda denunciavam há tempos, agora aparece com robustas provas: a Operação Lava Jato, que juntava Ministério Público Federal, Polícia Federal e o Judiciário, representada pelo juiz Moro, pela maioria do TRF-4, do STJ, do TSE e do STF, se transformaram em um dique de contenção da candidatura Lula em 2018. Essa gente violou a Constituição Federal, desrespeitou Convenções Internacionais (com destaque para a recomendação da ONU em relação ao registro da candidatura de Lula), o Código de Processo Penal, a Lei de Execuções Penais, o Estatuto da Magistratura e o Código de Ética da Magistratura. Esta ruptura escandalosa de “contratos” políticos e sociais estabelecidos principalmente pela Constituição Federal de 1988 terá graves repercussões no curto, médio e longo prazos em nosso país..

Parte dessas medidas estão relacionadas com o desmonte dos órgãos de terra e ambientais, sendo o Incra, Ibama, ICMBio e seus servidores desqualificados e atacados de forma violenta. A tentativa de conter a reação dos movimentos sociais de luta pela terra e ambientais é também explicitamente violenta, com a defesa pública de que sejam "abatidos" com a liberação do porte de armas. Nesse contexto, há também a conivência de setores do poder judiciário que facilitam o avanço da grilagem sobre terras públicas e territórios ocupados por comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas alvos declarados do novo governo.

Desafios ao PT

Na luta por Lula Livre e contra o governo Bolsonaro, cabe ao PT superar os problemas políticos que vieram se acumulando em suas direções. Liderados pela corrente interna majoritária CNB, o Diretório e a Executiva Nacional aprovaram planos de mobilização para a formação de Comitês Lula Livre, mas quase nada saiu do papel. Ou seja a condição “majoritária” atual revela-se impotente para movimentar o Partido. Limites estruturais de organização – núcleos e diretórios que não funcionam para organizar as lutas sociais, ao lado dos efeitos da derrota eleitoral de 2018 e da existência de uma direção política com pouquíssima iniciativa – são alguns dos fatores que dificultam ao partido assumir o seu lugar no espaço de luta que está se abrindo contra o governo Bolsonaro. Problema de idêntica natureza se põe na luta contra a reforma da Previdência, em que foram adotadas resoluções pela direção do PT, mas com baixo engajamento da militância nas ruas, nos bairros e locais de trabalho.

A segunda votação da reforma da Previdência na Câmara e a votação no Senado vão ocorrer entre agosto e setembro. Ainda que o precedente do controle do voto pelo Centrão e pelo governo tenha sido aberto, sem que o movimento sindical, dividido, e os partidos da oposição à esquerda – PT, PSOL, PDT, PSB e PC do B – conseguíssem ampliar o leque de alianças contra o desmonte da Previdência, é inegável que a ficha começa a cair para muitos dos afetados pela contrarreforma. Ainda há luta parlamentar e social contra a PEC da Previdência e muito há o que explicar, reunir e mobilizar na população. O assunto também se estenderá aos Estados no ato seguinte, já que as mudanças para os servidores estaduais e municipais saíram da pauta no Congresso.

Para evitar a consolidação da extrema-direita no poder nacional, o objetivo principal de nossa ação deve ser investir na construção de fortes movimentos que levem multidões às ruas. Trata-se de uma construção e não apenas de uma convocação. Para esta construção é fundamental promover as lutas concretas e articulá-las com as lutas mais gerais. As manifestações contra a reforma da Previdência, contra os cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia, bem como os protestos pela liberdade de Lula, nos mostraram um caminho cuja permanência e fortalecimento são decisivos na disputa política.

Nossa maior contribuição para barrar a consolidação da extrema-direita e levar a uma recuperação da esquerda passa pela reorganização do próprio PT. Podemos fazer melhor do que temos feito nos anos recentes. As derrotas que sofremos não ocorreram apenas pela força e ação de nossos adversários políticos, econômicos, culturais e midiáticos. Ocorreram também porque as direções partidárias se enfraqueceram quando os quadros principais foram para os governos e parlamentos, descuidando da harmonização entre a experiência de governo, necessariamente mais ampla, e a elaboração das políticas públicas no seio do partido. De tal modo, apeados do poder institucional central, não havia força, clareza e energia na organização partidária que pudesse contrabalançar ao menos nosso enfraquecimento institucional.

O PT, em seu Congresso Nacional, deve se orientar por uma necessária recomposição e revisão interna. É hora de atualizar nossa síntese e nossas representações para reposicionar o PT como o partido capaz de compor a construção de um novo marco civilizatório, socialista, democrático e popular, para o Brasil.

É nesses termos que a chapa “**Optamos: Renovação e Socialismo. Lula Livre**”, composta por um conjunto de tendências interna do PT e coletivos autônomos, apresenta-se à militância petista e ao Congresso do partido. Buscamos nesta tese apresentar reflexões e opiniões que acreditamos ser fundamentais para atualizar o ponto de partida no próximo período. Essas opiniões são fruto da nossa relação orgânica com um conjunto de organizações, movimentos e movimentações sociais.

ANEXO À TESE DA CHAPA “OPTAMOS: RENOVAÇÃO E SOCIALISMO. LULA LIVRE”

COLETIVOS AUTÔNOMOS de vários estados inscreveram na Secretaria Nacional de Organização uma TESE ALTERNATIVA para o 7º Congresso do PT. A chapa ‘**Optamos: Renovação e Socialismo. Lula Livre**’ acolheu em sua composição vários destes grupos e militantes signatários da Tese Alternativa e abriu espaço para este resumo dela. O texto integral estará na Tribuna de Debates do 6º Congresso.

A primeira parte da Tese Alternativa busca uma aproximação das mudanças ocorridas na sociedade e no poder estatal. A soberania de nosso país veio sendo atropelada pelo domínio do capital financeiro que não tem pátria e pela presença das grandes corporações mundiais de comunicação e de intermediação trabalho/consumo. As resistências anteriores colocadas por governos petistas foram derrubadas pelo golpe de 2016 que levou à completa rendição ao capital. Estas mudanças vieram acompanhadas de enormes alterações no mundo do trabalho negando a multidões de trabalhadores qualquer vínculo trabalhista. A derrota do PT foi a derrota da classe trabalhadora, da soberania nacional, das lutas libertárias, culturais e ambientais, atingindo suas representações partidárias, seus movimentos sindicais e populares.

A segunda parte refere-se ao PT, diante do quadro atual do capital e do golpe. A agenda obrigatoriamente virou reativa para que as enormes reservas de força política, social e cultural no Brasil sejam capazes de impedir a consolidação do golpe. Manifestações dos estudantes e professores contra os cortes na educação; greve geral; manifestações setoriais; oposição militante; disputa pelas redes sociais; movimento Lula Livre; oposição no Parlamento; frente das oposições. Para ter êxito de uma campanha que ponha “Fora Bolsonaro e seus Aliados”, será necessário convencer, organizar, e trazer muito mais multidões às ruas.

O caminho principal reativo é a defesa dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores formais e informais e dos programas sociais para as populações pobres. Associando isso à defesa da democracia, às lutas das mulheres, dos negros, de lgbts, dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas, da juventude, às lutas culturais, ambientais e de soberania nacional. A reconquista da confiança e esperança no PT pela maioria do povo brasileiro passa por aí e pela volta dos costumes éticos que caracterizaram o PT como campeão da luta contra a corrupção. A campanha pela liberdade de Lula é essencial para restabelecer a democracia e para que ele volte a exercer a força de sua liderança contra o golpe.

O PT precisa deixar de ser um partido voltado quase exclusivamente ao exercício do poder estatal, como elite que se distancia das bases sociais e deixa de ouvi-las. A luta ideológica não pode ser abafada pelos interesses eleitorais imediatos, pela aliança com partidos e igrejas conservadoras, pelo financiamento por grandes grupos econômicos.

Para não repetir os erros do passado, o PT precisa redimensionar o peso dado à luta institucional, estabelecer novo relacionamento com os sindicatos urbanos e rurais, com os movimentos populares, estudantis, culturais, respeitando sua

autonomia, mas orientando neles a ação de seus filiados e simpatizantes; fazer a disputa ideológica dentro dos aparelhos do estado, e fora deles, presencialmente e pelas mídias sociais, pela comunicação de massa; privilegiar a construção (não apenas a convocação) da luta nas ruas e nas grandes manifestações.

É preciso reconhecer que o PT precisa mudar. Mudar para fora, e mudar para dentro, construindo uma nova maioria interna e um novo conceito de direção, capaz de orientar e articular as lutas da militância, dos filiados, filiações e simpatizantes em todas as frentes; promover a democratização radical de suas estruturas, métodos, finanças, capaz de nela ter representados quem mais atua nas diversificadas frentes. Fazer do Partido um instrumento de formação da militância e de relação direta com as massas trabalhadoras.

A terceira parte retoma a agenda do PT e das oposições:

1º. Derrotar o governo Bolsonaro e a agenda ultraliberal com uma ampla frente de oposição, da esquerda até o centro democrático, mobilizadora de multidões.

2º. Inserir as próximas eleições municipais na luta contra a consolidação da extrema direita no poder, associando os temas locais aos temas nacionais, reproduzir a frente de oposição e aliança com movimentos sindicais, sociais, estudantis, culturais.

3º. Defender, agora, para mais adiante restaurar e avançar nas políticas públicas universais de emprego, saúde, educação, segurança pública, dentro da retomada do crescimento econômico e de uma reforma tributária justa, capaz de resolver a crise fiscal.

4º. Defender um novo plano de desenvolvimento nacional com reformas estruturais; superação do atraso tecnológico; redução das desigualdades sociais; deter o processo de desindustrialização do país; alto padrão de sustentabilidade ambiental.

5º. A campanha Lula Livre é parte da luta da luta contra o golpe, da defesa das liberdades democráticas, contra o estado judicial de exceção, pela volta de um governo democrático e popular, pelo resgate da imagem ética do PT.

6º. Combinar as manifestações de rua com lutas segmentares, combinar as formas de luta presenciais com virtuais, parlamentares com a luta das ruas; desmascaramento da ação golpista de juízes e procuradores com Lula Livre; contra o desmonte ambiental e liberação dos agrotóxicos com a defesa da agroecologia e reforma agrária; contra as privatizações, a entrega do pré-sal e de Alcântara, com a defesa da soberania nacional.

7º. Mudar o PT para que seja sujeito da transformação social e política e anunciador de um novo modelo de sociedade socialista, democrática, sustentável, feminista, anti-racista e libertária.

